

## A “BATALHA” PELAS COTAS NA UERJ

### História e memória do movimento PVNC (1993-2012)

MARIA CLÁUDIA CARDOSO FERREIRA\*

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300202500010007>

#### RESUMO

Entre as décadas de 1990 e 2000, certa estrutura de oportunidade política ensinou o protagonismo do movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes — PVNC na “batalha” pelas cotas na UERJ. A análise de fontes orais e escritas buscou demonstrar que a atuação do PVNC, juntamente a outros Pré-Vestibulares Populares e organizações do Movimento Negro, foi crucial para a institucionalização de ações afirmativas no acesso ao ensino superior no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Memória; estrutura de oportunidades políticas; movimentos sociais; pré-vestibulares para negros e carentes; sistema de cotas*

### The “Battle” for Quotas Policy at the UERJ: History and Memory of the PVNC Movement (1993-2012)

#### ABSTRACT

Between the 1990s and 2000s, a specific political opportunities structure rose the PVNC movement to the protagonism at the “battle” for quotas at UERJ. The analysis of oral and written sources aimed to demonstrate the work of the PVNC, alongside other community-based preparatory courses and organizations of the Black movement, was decisive for the approbation and institutionalization of affirmative-action policies for access to higher education in Brazil.

**KEYWORDS:** *Memory; political opportunity structure; social movements; preparatory course for blacks and the disadvantaged; quota system*

#### INTRODUÇÃO

Em 2012, o Superior Tribunal Federal (STF) decidiu pela constitucionalidade das ações afirmativas com critérios étnico-raciais<sup>1</sup> para o acesso às instituições federais de ensino médio e universitário no Brasil.<sup>2</sup> O percurso até a aprovação das chamadas cotas foi exaustivo e tortuoso, com debates intensos e diversas ações jurídicas (contra e a favor) envolvendo Estado, sociedade civil organizada e opinião pública. O litígio que culminou com a aprovação da Lei de Cotas (Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012) contou com a ação diuturna

[\*] Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, BA, Brasil. E-mail: mariacardoso28@unilab.edu.br

[1] A decisão foi motivada pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 186 (Distrito Federal), ajuizada pelo Democratas (DEM), contra a aprovação de cotas étnico-raciais na Universidade de Brasília (UnB), alegando que as cotas feriam a Constituição Federal.

das organizações do movimento negro, do movimento dos pré-vestibulares populares (PVPs) e de parte do movimento estudantil, que vinham desde os anos 1990 reivindicando a democratização do acesso ao ensino superior no país (Peria, 2004; Ramos, 2005; Nascimento, 2010; Guimarães, 2007; Santos, 2006; Salvador, 2020).

No estado do Rio de Janeiro, a incidência planejada e organizada desses movimentos sociais começou na década de 1990, com atuação no Legislativo, no Executivo e no Judiciário. Como resultado, o estado se destacou como o primeiro a aprovar ações afirmativas, na modalidade cotas sociais (em dezembro de 2000) e cotas raciais (em novembro de 2001), na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), válidas para o vestibular de 2003.

Em abril de 1994, os organizadores dos pré-vestibulares para negros e carentes (PVNC) enviaram uma carta aos deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) na qual afirmavam lutar pelo direito ao ensino superior público e alcançar cerca de 1.200 pessoas, entre estudantes e professores voluntários, em várias localidades da região metropolitana. Informaram, ainda, saber pela imprensa da tramitação de dois projetos de lei (PL) de autoria do deputado Carlos Minc (PT): o PL 1.600/93, que propunha cota de 10% das vagas para alunos negros e “índios” nos cursos de graduação e pós-graduação, públicos e privados, sediados no estado; e o PL 1.622/93, que sugeria a destinação de 20% das vagas de ensino superior público do estado a alunos “carentes”. Por fim, a carta afirmava o “alto sentido social” dos PLs, que resgatariam “a cidadania de milhares de estudantes das periferias das cidades”, dos quais os mais afetados era o “povo negro”. Na época, apesar de constituir cerca de 44% da população do Brasil, não passava de 5% nos estabelecimentos de ensino superior (Peria, 2004, p. 46).<sup>3</sup>

Ao longo daquela década, o deputado apresentaria outros PLs para ampliar o acesso de negros, indígenas e pessoas “carentes” nas universidades do estado. Com o acompanhamento de organizações da sociedade civil, especialmente dos movimentos negro e estudantil e dos PVPs, que frequentavam as audiências públicas e os debates, esses PLs foram reformulados e reapresentados na Alerj, porém nenhum foi aprovado (Peria, 2004; Machado, 2004).<sup>4</sup> No ano 2000, o então deputado estadual Edmilson Valentim (PCdoB) propôs o PL 1.258/2000, que destinava 50% das vagas nas universidades públicas estaduais a estudantes egressos de escolas públicas. Esse PL também foi arquivado.

O fato é que a lei que determinou a adoção de cotas sociais na UERJ e UENF teve origem no Executivo estadual. Em 30 de junho de 2000, o então governador Anthony Garotinho (PDT) enviou ao Legislativo o PL 1.653, que definia a reserva mínima de 50% das vagas

[2] As cotas foram regulamentadas pelo Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012, que estabeleceu o mínimo de 50% das vagas nos cursos de graduação das universidades federais e instituições de ensino técnico para candidatos oriundos de escola pública, com renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo. Relativamente às cotas raciais, definiu-se a reserva de vagas (nos 50% destinados aos candidatos oriundos da escola pública), proporcionais ao quantitativo de pessoas pretas, pardas, indígenas e com deficiência, conforme autodeclaração por estado, aferida pelo censo mais recente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Lei n. 14.723, de 13 de novembro de 2023, atualizou a política de cotas instituindo o “Programa Especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública”.

[3] A carta, em forma de abaixo-assinado, encontra-se na dissertação de mestrado de Michelle Pereira (2004).

[4] Sobre os projetos de lei apresentados nesse período e os movimentos sociais que atuaram na Alerj para aprová-los, ver Michelle Peria (2004, cap. 2).

[5] A deputada Andréia Zito (PSDB) e o deputado Chico Alencar (PSOL) foram os relatores do PL 1.653/2000. Chico Alencar conhecia bem o movimento dos PVPs, pois já havia proferido aulas em vários cursos.

[6] Originada do PL 2.490/2001, de autoria do deputado José Amorim (PP), a lei foi aprovada em novembro daquele ano. Contrariando a classificação do IBGE, saiu com os termos negros e pardos, em vez de pretos e pardos.

[7] O PL 2.516/2001, de autoria da deputada Alice Tamborindeguy (PSDB), também propunha a inclusão de cota mínima de 30% nas universidades estaduais para estudantes negros oriundos do sistema público de ensino (Ramos, 2005).

[8] Na nova lei, o termo “negro” engloba pretos e pardos.

[9] Estabeleceu o “ingresso e permanência de estudantes, negros, indígenas e quilombolas, alunos oriundos da rede pública de ensino, pessoas com deficiência, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço, desde que carentes”.

para candidatos que tivessem cursado integralmente os ensinos fundamental e médio em instituições da rede pública municipal e/ou estadual do Rio de Janeiro. Sob análise da Comissão de Educação Cultura e Desportos,<sup>5</sup> o PL 1.653 ganhou um “plano de desenvolvimento e valorização do ensino público estadual” que propunha uma reforma da educação pública estadual (com melhoria de piso salarial e plano de cargos e carreira dos professores), um programa de acompanhamento acadêmico e a concessão de bolsas de estudo aos futuros estudantes oriundos das escolas públicas (Machado, 2004, p. 96). Em seguida, o PL foi enviado à UERJ para análise e aprovação. Após inúmeros debates em diversos setores e instâncias universitárias, a instituição emitiu um relatório contra a reserva de vagas. À revelia, a Alerj aprovou a Lei n. 3.524 em 28 de dezembro de 2000. A política de reserva de 50% das vagas para egressos de escolas públicas, mediante seleção gratuita (para quem comprovasse baixa renda) e diferenciada: o Sistema de Acompanhamento do Desempenho dos Estudantes do Ensino Médio (Sade) foi regulamentado pelo Decreto-lei 29.090, assinado pelo governador em 30 de agosto de 2001, em cerimônia pública e com participação expressiva de políticos e membros da sociedade civil (Ramos, 2005; Machado, 2004; Peria, 2004).

Já a inclusão da reserva de vagas para pessoas negras veio em 9 de novembro 2001, com a aprovação da Lei n. 3.708,<sup>6</sup> de autoria do deputado José Amorim (PP),<sup>7</sup> que destinava 40% das vagas para negros e pardos (Machado, 2004). Em 4 de setembro de 2003, as duas leis foram modificadas, prevalecendo a Lei n. 4.151, que reservava 45% das vagas para “estudantes carentes”, das quais 20% para negros, 20% para oriundos do ensino público e 5% para pessoas com deficiência e integrantes de minorias étnicas, com validade de cinco anos.<sup>8</sup> Em 2008, a Lei 5.346 garantiu a continuidade da reserva e, em 2018, a Lei n. 8.121 prorrogou as ações afirmativas nas instituições estaduais por mais dez anos.<sup>9</sup>

Ao contrário da UERJ, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e na Universidade de Brasília (UnB) o movimento foi interno. Em 18 de julho de 2002, após muitos debates, o conselho superior da UNEB aprovou a resolução 196/2002, que determinava que 40% das vagas de graduação e pós-graduação seriam destinadas a estudantes pretos e pardos oriundos de escolas públicas (UNEB, 2002; Silva, 2010). A UnB foi a primeira universidade federal a adotar cotas para negros em 2004, após intensa articulação interna iniciada em 1999, motivada pelo “caso Ari” (Carvalho, 2005; Santos, 2007).

A redemocratização no país e a posterior ascensão ao poder de uma coalizão liderada por partidos de esquerda permitiram o “aumento da permeabilidade das instituições políticas e administrativas às reivindicações” sociais e favoreceram “mudanças na intenção política

entre Estado e sociedade” (Kriesi, 1995 apud Alonso, 2009, p. 55). Assim, a estrutura de oportunidades políticas colaborou para o protagonismo de certos atores coletivos (Tarrow, 2009). Foi o caso do movimento PVNC, que surgiu na Baixada Fluminense em 1993 e teve expressiva atuação no Rio de Janeiro na preparação de “estudantes economicamente desfavorecidos em geral e negro(a)s em particular” (PVNC, 1999).

Neste artigo, descrevo como o PVNC contribuiu para as mudanças das políticas de acesso ao ensino superior no país, destacando o caso da UERJ. Advogo que as práticas políticas dos PVPs e do movimento negro brasileiro produziram reflexões e soluções para demandas de acesso à educação superior que compeliram o Estado a agir. Portanto, as políticas de ações afirmativas nasceram da luta e, ao mesmo tempo, foram a própria luta desses movimentos sociais (Nascimento, 2012).

Na primeira parte, descrevo o contexto de surgimento e atuação do PVNC. Para isso, utilizo a bibliografia já disponível sobre o tema. Na segunda parte, tomando como ponto de mediação os envolvidos na “batalha” pelas cotas na UERJ, apresento suas interpretações, reinterpretações e representações desse momento, com o objetivo de colaborar para uma história da institucionalização das ações afirmativas na UERJ que considere também a memória do PVNC. Essa memória é entendida aqui, sobretudo, como o conjunto de lembranças e testemunhos de sujeitos que, em interação no tempo e nos espaços sociais, contam, interpretam e ressignificam o que aconteceu no passado (Halbwachs, 1990). Trata-se, portanto, de uma memória coletiva, afetada por fontes orais e não orais (inclusive pesquisas acadêmicas, decretos e leis) que também registraram, ao longo dessas três décadas, a trajetória desse movimento social. Assim, neste artigo, não trato do “valor real dos fatos na história, mas sua percepção e as condições históricas nas e pelas quais eles são percebidos” e, diria eu, narrados pelos ativistas, as principais testemunhas neste trabalho (Chauveau; Tétart, 1999, p. 33).

Neste artigo, utilizo depoimentos de pessoas que se tornaram militantes<sup>10</sup> do PVNC, ou seja, que se apresentavam (ou ainda se apresentam) na esfera pública como porta-vozes da organização e são reconhecidas por isso. Considero importante informar que fui militante do PVNC, primeiramente como aluna no núcleo Nilópolis (Baixada Fluminense), em 1994.

Durante a pesquisa, realizei treze entrevistas semiestruturadas e, para este texto, trabalhei com sete depoimentos. Os depoimentos remotos foram captados via aplicativo Google Meet e os presenciais, por gravador de áudio disponível para smartphone. Todos os depoentes assinaram termo de consentimento livre e esclarecido, autorizando a análise e a publicação de suas narrativas neste trabalho.

[10] Indivíduos que participaram do movimento como estudantes, professores, coordenadores ou apoio e, além disso, desempenharam funções de liderança, vocalizaram demandas, organizaram e/ou representaram a coletividade, sendo reconhecidos em âmbito local e nacional.

[11] Este texto é um dos resultados da pesquisa de pós-doutorado, sob a supervisão do professor Álvaro Pereira do Nascimento, realizada no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, entre março de 2022 e fevereiro de 2023. Durante o estudo apresentei o projeto de salvaguarda da memória do movimento PVNC para os pesquisadores do Centro de Documentação e Imagem do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ (Cedim — IM/UFRRJ), que aceitaram receber o acervo, que passa por tratamento e digitalização.

As entrevistas ocorreram entre agosto de 2022 e janeiro de 2023 e encontram-se no repositório do Centro de Documentação e Imagem (Cedim) do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).<sup>11</sup>

Sobre os depoentes:

- Fernando Pinheiro é o único branco do grupo e foi entrevistado em 25 de agosto de 2022. Entrou para o PVNC como aluno em 1997, no núcleo Nova Campina (Duque de Caxias) e assumiu vários papéis, destacando-se como liderança do movimento. Formou-se em história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e trabalha como professor da rede pública de ensino no Rio de Janeiro.
- Márcio Flávio de Oliveira, entrevistado em 8 de setembro de 2022, era estudante de química no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet) e entrou no movimento em 1994, como professor, no núcleo Nova Campina (Duque de Caxias). Também exerceu várias funções, ganhando status de líder do movimento. É formado também em geografia pela PUC-Rio.
- Helen Barcellos foi entrevistada em 9 de setembro de 2022. Entrou para PVNC como aluna do núcleo Petrópolis em 2001, porém logo ascendeu à liderança local. Helen fez parte da primeira turma de cotistas negros da UERJ e representou o PVNC nas comissões da universidade. cursou geografia e trabalha como professora na rede pública da cidade do Rio de Janeiro.
- Hélio Ventura, que me concedeu entrevista em 12 de setembro de 2022, é formado em ciências sociais pela UERJ e trabalha como professor na rede pública do estado. Participou do PVNC como aluno, em 1995, mas também exerceu as funções de coordenador, conselheiro e professor. Quando me concedeu entrevista, atuava no PVNC Pastoral da Juventude, um dos poucos cursinhos que ainda funcionam na cidade de Duque de Caxias. Hélio Ventura também participou do processo de institucionalização das cotas na UERJ, como representante do PVNC.
- Renato Emerson dos Santos me concedeu entrevista em 15 de setembro de 2022. É geógrafo, formado pela UFRJ, e professor na mesma instituição. Conheceu o PVNC durante sua pesquisa de doutorado, sobre a espacialidade dos movimentos sociais, a partir do caso do movimento PVNC. Ofereceu suporte e palestras nos cursinhos do movimento.
- Renato Ferreira é advogado, formado pela PUC-Rio, e atua como professor universitário. Começou no PVNC como aluno, em 1995, e assumiu várias funções no movimento, até sair para

se tornar advogado da ONG Educafro. Atuou como assessor da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República entre 2010 e 2013. Sua entrevista foi realizada em 6 de janeiro de 2023.

- Alexandre do Nascimento participou da concepção e da organização do movimento, ou seja, é um dos fundadores do PVNC. É formado em informática e professor da Fundação de Apoio à Escola Técnica do estado do Rio de Janeiro (Faetec). Assim como Renato Emerson dos Santos, desenvolveu tese sobre o movimento dos PVPs. Sua entrevista foi realizada em 18 de janeiro de 2023.

### **O CONTEXTO DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS PARA O SURGIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO PVNC**

A Lei da Anistia (ampla e irrestrita), bem como a influência do Movimento dos Direitos Civis nos Estados, a luta internacional contra o *apartheid* na África do Sul e as lutas independentistas, especialmente aquelas deflagradas nos países africanos de língua oficial portuguesa (Palop), motivaram a reorganização ou fundação de inúmeras entidades do movimento negro<sup>12</sup> no Brasil (Guimarães, 2002; Domingues, 2007). Da mesma forma, o contexto de carestia e endividamento da população pobre (majoritariamente negra) colaborou para o ressurgimento e/ou fortalecimento dos movimentos que reivindicavam qualidade de vida em meados dos anos 1970.

Em 1992, os movimentos negro e sindical formalizaram uma denúncia contra o Estado brasileiro na Organização Internacional do Trabalho (OIT) pelo não cumprimento da Convenção 111.<sup>13</sup> Em 1995, ocorreu em Brasília a Marcha Zumbi dos Palmares pela Igualdade, a Cidadania e a Vida, que reuniu cerca de 30 mil pessoas. O Estado se viu obrigado a criar o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra e o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Educação (Medeiros, 2007). Nesse período, também surgiram os primeiros conselhos e secretarias voltados especificamente para a comunidade negra, bem como as primeiras legislaturas negras ligadas ao movimento negro (Silva Jr., 1998; Pereira, 2011; Santos, 2009; Santos, 2008; Domingues, 2007).

No campo educacional, as políticas de universalização da educação básica contribuíram para que os mais jovens concluíssem o ensino médio, muitos em cursos técnicos que, além de não garantirem emprego na área, resultaram em baixa remuneração e insatisfação social. Todo esse cenário provocou pressão no segmento da educação superior nos anos 1990, pois, ainda que se constatasse um crescimento significativo da oferta de vagas desde os anos 1970, o número

[12] Apesar de sua composição multirracial, o PVNC foi liderado majoritariamente por pessoas negras e esteve presente no debate da maioria das reivindicações da coletividade negra nos anos 1990 e 2000. Nesse sentido, a organização se vincula ao movimento negro brasileiro, conforme a definição ampla de Joel Rufino Santos (1994).

[13] A Convenção 111 ou Convenção em Matéria de Emprego e Profissão proíbe a distinção, exclusão ou preferência de trabalhadores baseada em raça, sexo, religião, opinião política, origem nacional ou social. Aprovada em 1958, durante a 42ª. Conferência Geral da OIT foi ratificada pelo Estado brasileiro em 1965, e entrou em vigor em 19 de janeiro de 1968, com o Decreto n. 62.150.

[14] A Pastoral Negra é uma organização de leigos e religiosos católicos que nasceu em São Paulo, em 1983, de um contexto de reorganização da Igreja católica (Rodrigues Jr., 2014, p. 122). A pastoral se destacou por debater a exclusão do negro dentro e fora do ambiente religioso, com destaque para denúncias de discriminação racial e ações pedagógicas nas instituições de ensino (Triunfo, 1999).

[15] Os APNS chamavam seus espaços de “quilombo”. Na igreja matriz de São João de Meriti, o Salão Quilombo funcionava como ponto de encontro, espaço de reuniões, biblioteca e arquivo, inclusive do PVNC.

era ínfimo e a maioria das matrículas se concentrava nas instituições privadas. Isso revelava um contexto evidente de privatização da educação superior (Thum, 2000; Pinto, 2004; Nascimento, 2010; Corbucci, 2014).

É possível mensurar a expansão ou contração da estrutura de oportunidades democráticas a partir da ascensão e queda dos movimentos sociais (Tilly, 2010). O primeiro núcleo do PVNC nasceu da ação dos agentes pastorais negros (APN)<sup>14</sup> que atuavam na Baixada Fluminense. Em 1992, a promessa de bolsas de estudos na PUC-SP fez com que os APN aventurassem a ideia de criar um pré-vestibular para negros na igreja matriz de São João de Meriti, cujo pároco era o frei David Raimundo dos Santos (Araújo, 2001). Frei David convidou o professor recém-formado Alexandre do Nascimento e os estudantes universitários Antônio Dourado e Luciano de Santana Dias a participar do projeto, após visitarem o Salão Quilombo<sup>15</sup> com a intenção de colaborar de alguma maneira com as atividades dos APN (entrevista concedida por Alexandre do Nascimento em 18/1/2023). A aula inaugural foi uma palestra de frei David, proferida em 5 de junho de 1993.

No entanto, a PUC-SP não concedeu as bolsas, alegando que destinar bolsas de estudos especificamente a pessoas negras configuraria racismo (Santos, 2004). Ainda assim, sete estudantes ingressaram no ensino superior em 1994: três em instituições públicas e quatro na PUC-Rio, após negociação mediada pelos APN, representados por frei David. Com isso, surgiu o maior programa de bolsas da PUC-Rio, o “Bolsa de Ação Social”, que já concedeu milhares de bolsas de estudos nos últimos trinta anos e serviu de referência para outras experiências de ações afirmativas no país (Guimarães, 2007; Nascimento, 2012; Salvador, 2022).

Em 1994, cerca de dez cursinhos populares foram criados e, em 1995, o movimento já contava com cerca de cinquenta (Araújo, 2001). A maioria dos núcleos (como eram denominados os espaços de aulas e coordenação das ações) funcionava em locais cedidos por escolas, templos religiosos (igrejas católicas majoritariamente), associações de bairros e sindicatos. Alguns desses novos núcleos surgiram sem influência direta dos APN, o que revelava uma multiplicidade de origens, intencionalidades e práticas políticas no PVNC.

Os núcleos eram autogeridos. Os estudantes contribuíam com valores que iam de 5% a 10% do salário mínimo para manter o espaço, pagar apostilas e transporte de professores e coordenadores, caso necessário. Todos os professores, coordenadores e equipes de apoio eram voluntários. Era comum que professores e coordenadores atuassem em mais de um núcleo. Os cursinhos contavam com professores (em exercício e/ou aposentados) e estudantes universitários, muitos deles ex-alunos dos núcleos.



No fim dos anos 1990, o PVNC já apresentava uma estrutura de movimento, mais ou menos institucionalizada, com a seguinte organização: núcleos (sala de aula e organização local), Conselho Geral (composto por dois representantes de cada núcleo), Assembleia Geral (encontros deliberativos dos quais todos os núcleos podiam participar), Seminário (espaço de formação) e Secretaria (responsável por subsidiar a organização das atividades gerais e a comunicação do movimento) (PVNC, 1999). A questão da formalização institucional, com CNPJ, direção, sede e financiamento, marcou toda a trajetória do movimento e motivou discussões profundas nas assembleias e seminários. Contudo, ela nunca aconteceu.

Havia núcleos do PVNC nos seguintes municípios: Niterói, Magé, Mesquita, Queimados, Petrópolis, Belford Roxo, Nilópolis, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti e Rio de Janeiro. Na cidade do Rio de Janeiro, os núcleos estavam presentes em algumas de suas principais favelas: Rocinha, Jacarezinho, Complexo do Alemão, Acari, Morro dos Macacos e Manguinhos (Santos, 2006). Em 1999, ápice do movimento, o PVNC contava com cerca de 77 núcleos registrados no Conselho Geral e Secretaria. Para fins de comparação, em 1994 existiam 15 núcleos, e cinco anos depois esse número quintuplicou (Santos, 2006, p. 245).

Ressalto que, apesar de sua composição multirracial, o PVNC surgiu dos APNs, foi liderado majoritariamente por pessoas negras e esteve envolvido no debate da maioria das reivindicações encampadas pela coletividade negra organizada. Nesse sentido, o PVNC também se enquadra como uma ação do movimento negro brasileiro (Santos, 1994).

O professor Renato Emerson dos Santos ressaltou o impacto do novo movimento social:

*[em] uma quadra na igreja metodista da Rocinha superlotada, sei lá, devia ter umas quinhentas pessoas, quatrocentas pessoas, num domingo de sol no Rio de Janeiro, num momento em que eu já estudava movimentos sociais. Eu tinha noção de que, na metade dos anos 90, não tinha movimento social que botasse quinhentas, seiscentas pessoas numa assembleia num domingo, né? (Entrevista, 15/9/2022)*

Ainda segundo ele:

*Ao ir para uma assembleia, conversar com um, conversar com outro, olhar aquela agitação política, porque as assembleias eram um espaço muito interessante, você conhecia gente o tempo todo, conversava com quem estava do seu lado, na hora do almoço você sentava para conversar, você ia para o bar. Enfim, era um espaço de convivências muito complexas e eu cha-*



*mo de arenas diversas, arenas visíveis, para fala, votação, e arenas ocultas também, onde se tinha negociações, discussões, além desse intercâmbio de experiências tão rico, eram experiências muito diferentes, muito diferenciadas.* (Entrevista, 15/9/2022)

No limiar dos anos 2000, o PVNC começou a perder núcleos, chegando a 32 salas de aula em 2001. Consequência do surgimento de outras redes e da atuação “isolada” de diversos outros cursinhos, os quais formaram uma “área de movimento” que distinguia o PVNC do “movimento dos PVPs (para negros e carentes, comunitários, alternativos etc.)” (Santos, 2006, p. 230). Inspirado pelo êxito dos PVPs, o Ministério da Educação criou em 2002 o Programa Diversidade na Universidade, subvencionado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e destinou cerca de 9 milhões de reais à qualificação de jovens, de preferência negros e indígenas, para o ensino superior. Outro exemplo é o Pré-Vestibular Social, gerido pela Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cecierj): com essa iniciativa, diversas escolas públicas estaduais passaram a oferecer cursinhos gratuitos que disputaram espaço e público com o PVNC e outros PVPs.

Questões internas também contribuíram para a redução do número de núcleos do PVNC. Divergências de concepção e finalidades da ação vinham desde a fundação e agudizaram-se nos anos 1995 e 1996. As assembleias de 1995 debateram e redefiniram a forma de seleção dos estudantes, o nome do movimento (que, após vários embates, foi mantido) e a pertinência de sua institucionalização.

No debate sobre a institucionalização do movimento, formaram-se dois campos: o campo eclesial, liderado por frei David e, portanto, pela Igreja católica, era contrário à formalização; o campo amplo, formado por militantes de origens políticas diversas, defendiam a institucionalização e afastamento da Igreja (Araújo, 2001; Nascimento, 2010).<sup>16</sup> Em 1996, em assembleia geral, os militantes decidiram pelo que denominavam independência. As rusgas e tensões fizeram com que alguns militantes deixassem a ação. No ano seguinte, frei David, que também enfrentava a oposição da Igreja católica em São João de Meriti, afastou-se para cursar uma especialização em São Paulo. Lá fundou a ONG Educafro, com a razão social Francisco de Assis: Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos (FAECIDH).<sup>17</sup>

O surgimento da Educafro, sob a liderança de frei David, não significou ainda um rompimento total, do frei e de seu grupo, com o PVNC. Cabia à nova organização negociar as bolsas de estudos com instituições particulares. Contudo, no ano seguinte, a entidade passou a gerir cursinhos, primeiramente em São Paulo. A partir de 2000, atraídos pelas bolsas oferecidas em certas instituições particulares (a PUC-Rio,

[16] Essa formulação sobre campos ideológicos antagonísticos foi concebida por Juca Ribeiro e circulou nas assembleias do movimento, assim como em textos analíticos.

[17] Os diversos embates ideológicos no PVNC e o contexto de criação da Educafro são detalhados em Jociimar Araújo (2001) e Renato Emerson Santos (2006, cap. 5).

por exemplo, reconhecia frei David como principal mediador), muitos núcleos se desligaram do PVNC e vincularam-se à Educafro, que já funcionava a pleno vapor no Rio de Janeiro e em Minas Gerais.

#### AS MEMÓRIAS DOS MILITANTES SOBRE A “BATALHA” DAS COTAS

Uma das implicações da história do tempo presente é que pesquisadores, testemunhas e leitores estão “mergulhados em uma mesma temporalidade, que, por assim dizer, não terminou” (Fico, 2012, pp. 44-5). É, portanto,

*um processo histórico marcado por experiências ainda vivas, com tensões e repercussões de curto prazo; um sentido de tempo provisório, com simbiose entre memória e história; sujeitos históricos ainda vivos e ativos; produção de fontes históricas inseridas nos processos de transformação em curso; temporalidade em curso próximo ou contíguo ao da pesquisa.* (Delgado; Ferreira, 2013, p. 25)

A seguir, apresento as narrativas construídas sobre uma das conquistas desse período: a aprovação das cotas sociais e raciais para acesso ao ensino universitário público. Concomitantemente, apresento o repertório de ações coletivas, ou seja, as rotinas, formas de mobilizar e contestar desenvolvidas e praticadas pelo PVNC para alcançar as cotas (Tilly, 1995 apud Alonso, 2012).

Na compreensão de Alexandre do Nascimento,

*“a gente teria muitas dificuldades de ter as cotas se não fosse a existência dos pré-vestibulares. Por quê? Porque, apesar de toda negociação, de tudo que o movimento vinha fazendo (já tinha o projeto do Abdias),<sup>18</sup> [de] muita gente no topo do movimento negro fazendo o diálogo com as instituições, [...] não tinha base social”* (entrevista, 18/1/2023).

Essa base social foi constituída pelas milhares de pessoas, em sua maioria jovens e adultos, que frequentavam os cursinhos populares nos anos 1990 e 2000. Com opinião formada nesses locais, essas pessoas atuavam como agentes multiplicadores — na família, na igreja, no trabalho etc. Elas também frequentavam manifestações, passeatas, lotavam seminários, assembleias, festas e outras atividades organizadas pelo movimento.

Sendo a primeira universidade pública a instituir ações afirmativas, a UERJ sofreu forte pressão dos PVPs, antes e depois da aprovação das cotas. Sobre essas ações, Hélio Ventura apontou a isenção da taxa de inscrição para os vestibulares no Rio de Janeiro como um ato coletivo com o movimento PVNC:

[18] Texto do PL 3.196 (arquivado), de 1984, de autoria do deputado Abdias do Nascimento (PDT): “Art. 7º Serão concedidas a estudantes negros bolsas de estudo em caráter compensatório. §1º Serão destinadas a estudantes negros 40% (quarenta por cento) das bolsas de estudo concedidas pelo Ministério da Educação e Cultura e pelas Secretarias de Educação Estaduais e Municipais em todos os níveis (primário, secundário, superior e de pós-graduação)”.

*Eu sou da época em que a gente dormia na porta da universidade para poder pedir isenção. [...] A gente não ia só, não iam as pessoas sozinhas para poder passar a noite na frente da universidade, a gente ia em grupo, a gente acampava, ficava junto. [...] E, isso, eu tenho certeza de que não era uma coisa somente do núcleo PJ [Pastoral da Juventude, Centro de Duque de Caxias]; isso era uma coisa que... que fazia parte mesmo da estrutura, da estratégia do movimento do PVNC. [...] tanto que a gente encontrava com vários núcleos também lá nas madrugadas, na frente das universidades, para pedir isenção e por aí vai. (Entrevista, 12/9/2022)*

Os depoentes confirmam que reivindicar a isenção da taxa de inscrição dos vestibulares foi uma das primeiras ações do movimento nos anos 1990. Os militantes questionavam os critérios de isenção, exigiam reuniões com as pró-reitorias e órgãos de assistência social das instituições, organizavam manifestações e protestos, entravam com ações judiciais.

Em entrevista de 25 de agosto de 2022, Fernando Pinheiro lembrou que, certa vez, o PVNC foi convidado a participar de um seminário, organizado pelas universidades, para discutir o vestibular e apresentou dados comparados de todas as universidades, mostrando que elas próprias inviabilizavam o acesso dos estudantes. Isso causou um grande constrangimento, pois as universidades não possuíam metodologia e muito menos critérios transparentes e baseados em indicadores sociais para conceder isenção.

Márcio Flávio de Oliveira recordou que a UERJ sofreu uma ação popular de isenção para todos os solicitantes impetrada pelo PVNC, porque a universidade isentava de taxa apenas 10% dos solicitantes; e que, mesmo assim, a UERJ não cumpriu de vez o que foi determinado. O movimento decidiu então fazer uma manifestação na porta da universidade, arregimentando cerca de trezentos alunos, a maioria oriunda do PVNC e da Educafro. No fim da tarde, um oficial de justiça chegou com um aviso para que a medida fosse cumprida e, a partir disso, “a UERJ bota uma banquinha e começa a dar isenção para o pessoal que estava presente e pra quem tinha solicitado e não tinha conseguido também; [naquele ano] todo mundo que pediu isenção conseguiu via essa ação popular” (entrevista, 8/9/2022). Em seu depoimento, Renato Ferreira destacou que, após as ações populares, a UERJ disponibilizava as fichas de isenção para os coordenadores dos PVPs, que retornavam aos seus núcleos, preenchiam as fichas com os estudantes, juntavam os documentos comprobatórios e entregavam tudo à instituição (entrevista, 6/1/2023).

Quando perguntei sobre o que se lembrava da luta das cotas, Márcio Flávio de Oliveira me respondeu que a primeira vez que leu sobre cotas foi em 1999, no projeto de Lei n. 298/1999,<sup>19</sup> de autoria

[19] O PL 298 foi apresentado em 4 de maio de 1999. Meses antes, em 24 de fevereiro de 1999, a deputada federal Nilce Lobão (PFL) havia apresentado o PL 73, que propunha cota de 50% para estudantes oriundos de escolas públicas nas universidades federais, mediante ingresso alternativo baseado no coeficiente de rendimento alcançado ao longo de todo o ensino médio. Outros projetos de lei foram apresentados antes e depois.

do senador Antero Paes de Barros (PSDB).<sup>20</sup> O projeto determinava que 50% das vagas nas universidades públicas fossem destinadas a estudantes que tivessem feito toda a sua formação em escolas públicas (fundamental e médio). Segundo Oliveira, de início o pessoal do PVNC não deu atenção ao tema das cotas, mas ele insistiu (com conversas individuais e em pequenos grupos) e aproveitou uma Assembleia Geral para colocar o assunto em pauta; o tema foi rejeitado em um primeiro momento e ele insistiu; ao ver que não iria passar, decidiu assumir a direção da assembleia: “coloquei à força a pauta e explanei o debate”. Lembra ainda que o posicionamento do coletivo a favor das cotas para oriundos de escolas públicas não se deu naquele dia; foi criada uma “comissão para estudar, como era de costume dentro do Pré”. O grupo que se constituiu foi responsável pela elaboração de uma análise de conjuntura sobre o tema na assembleia seguinte; daí “o pré foi amadurecendo essa ideia e acabou encampando mais para a frente e se posicionando a favor”.

O depoimento de Márcio Flávio de Oliveira explicita a racionalidade do líder que, ao perceber certa resistência do coletivo, adotou a estratégia de conduzir a assembleia para, assim, priorizar um tema que, ao seu ver, era importante para o crescimento do movimento (Nascimento, 2010; Santos, 2006).

O relato de Fernando Pinheiro, que organizou e participou de seminários e manifestações, assinou manifestos e publicou textos sobre as cotas, reforça a importância da formação para o posicionamento político do grupo:

*E aí eu falava também sobre a questão racial, sobre a questão negra, digamos assim. E assim acabava sempre indo com números, sempre estava bem antenado com vários tipos de debates, na ponta da língua, estava bem treinado em vários tipos de debates.*

[...]

*O debate das cotas me ajudou a entender que o maior problema nem era o vestibular em si, mas uma relação candidato/vagas que tinha a ver com a questão das escolhas, de distribuição, que é limitada, a questão da verba para produzir essas vagas, e eu, pessoalmente, quando eu compreendi isso... recursos escassos, você precisa fazer um corte, e esses cortes acabam refletindo sobre suas escolhas e políticas da sociedade. O que é que a sociedade precisa ser, daquela época, vinte anos atrás? Quando eu mais ou menos compreendi isso, é que eu realmente consegui aceitar melhor essa coisa das cotas. (Entrevista, 25/8/2022)*

Ao fazer um balanço desse debate, Fernando Pinheiro conclui que o tema das cotas para negros “era mais apaixonante”, que “até mesmo as pessoas que tinham opiniões um pouco vagas, rasteiras,

[20] O PL 298 foi encaminhado à Câmara dos Deputados e passou a ser identificado pelo número 1.643/99.

queriam opinar”. Lembrou que acompanhava a imprensa e que, toda semana, eram publicados três, quatro artigos sobre cotas para negros; que o PVNC era citado, tanto por quem era contra as cotas — com o argumento de que era “só a sociedade se organizando e tal, [que] os alunos vão pela iniciativa, [pela] vontade própria” — quanto por quem era favorável — que viam “a gente também como um grupo de pressão que estava pela mudança no vestibular pelo enegrecimento, aquela coisa toda”. Com o tempo, o movimento passou a ser reconhecido: “Eu lembro de ter ido a eventos em que eu conseguia entrar, participar e falar porque eu falava, eu sou PVNC, aí as pessoas, ‘ah, sim’. Ou seja, havia um certo reconhecimento, algum *status* em algum momento, em alguns lugares”. Os depoimentos corroboram que contexto e recursos são fundamentais, porém as características do(s) líder(es) e os papéis que assume(m) são elementos estruturais do desenvolvimento e performance do movimento social. São as pessoas que estão nas instituições, nas estruturas, deliberando, imaginando, elaborando estratégias, tomando decisões e fazendo escolhas.

Ainda sobre a demanda das cotas para negros, as palavras de Fernando Pinheiro apresentam um ponto de intersecção com as lembranças de Márcio Flávio de Oliveira:

*A gente também estava tentando debater internamente, porque a gente sabia que tinha muita gente de dentro que também não era favorável, porque a maioria do nosso movimento era de pessoas que não tinham participado do movimento social, então elas tinham uma ideia bem pontual, digamos assim, bem pragmática de entrar na universidade e melhorar sua condição ali, arrumando emprego, fazendo alguma coisa. E a partir das aulas de cultura e cidadania, das assembleias, a gente forçava esse aluno a ampliar os horizontes dele sobre a sociedade. Não só ficar pensando na ótica do próprio umbigo. (Entrevista, 8/9/2022)*

O movimento PVNC elaborou e comunicou saberes tanto para educar seus membros como setores da sociedade brasileira interessados em compreender o sentido e a efetividade da adoção de cotas raciais e sociais no ensino superior. Essa dimensão educadora dos movimentos sociais negros produz conhecimentos tanto durante como a partir das lutas por emancipação (Gomes, 2017). Essa emancipação “ressignifica e politiza afirmativamente a ideia de raça”, possibilitando romper “com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos” (Gomes, 2017, p. 22).

Portanto, segundo os depoentes, foi nesse contexto que os PVPs e outras organizações tradicionais do movimento negro passaram a atuar. Assim, além da isenção da taxa do vestibular, reivindicavam a implantação de cotas raciais e sociais (com ações de permanência

para diminuir a evasão) e uma revisão profunda do vestibular, colocando em xeque tanto o formato como os conteúdos programáticos (Nascimento, 2010; Santos apud Alberti; Pereira, 2007, pp. 417-20). No entendimento de Renato Emerson dos Santos, “os prés [cursinhos pré-vestibulares] tiveram um papel importante nesse início [...] dando esteio, dando força e ajudando a pensar, a estruturar as formas de resistência, essas violências institucionais” (entrevista, 15/9/2022). Vários depoentes relatam ter participado de dezenas de reuniões formais e informais, nos âmbitos estadual e federal, nas quais os militantes negociavam o texto de uma proposta, sugeriam mudanças nas leis, avaliavam o possível impacto de uma política etc. Suas narrativas confirmam que esses ativistas estiveram na “reconstrução ou construção de valores democráticos”, “constituindo-se como agentes interlocutores que dialogam diretamente com a população e com o Estado” (Gohn, 2002, p. 320).

Em 2001, a Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, realizada na cidade de Durban, na África do Sul, foi o evento propulsor da aprovação de ações afirmativas, modalidade cotas raciais no Brasil (Machado, 2004). O Brasil levou à Durban uma delegação de quatrocentos representantes de ONGs, dentre os quais militantes do PVNC e da Educafro, além dos representantes oficiais do governo. Foi criado um comitê, o Comitê pró-Durban, para preparar a posição do Brasil na Conferência (Heringer, 2006). Ricardo Henriques (2001), na época servidor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), publicou um texto para discussão, intitulado “Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90”, que circulou bastante e foi crucial para fundamentar a necessidade das políticas afirmativas. As organizações da sociedade civil tiveram significativa incidência em todo o processo, destacando-se na elaboração dos documentos preparatórios e articulações internacionais. O “Relatório do Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata”, documento oficial do Brasil em Durban, foi subsidiado por cartas abertas e relatórios da sociedade civil. No item “Comunidade Negra” foram redigidas 24 sugestões, dentre as quais uma que propunha a “adoção de cotas ou outras medidas afirmativas que promovam o acesso de negros às universidades públicas” (Santos, 2007, p. 195).<sup>21</sup>

Santos sintetizou esse momento:

*Primeiro, se for olhar do ponto de vista da linha histórica, primeiro eu acho que as cotas apareceram por causa dos pré-vestibulares, que foi*

[21] Sobre a incidência da sociedade civil, com destaque para o movimento de mulheres negras, antes, durante e depois da Conferência de Durban, ver Geledés (2021).

*no final dos anos 90, os pré-vestibulares apareceram no cenário público, com um pouco de desdém dos núcleos duros do movimento negro, por conta desses pactos ideológicos frouxos. Mas, quando veio o cenário de 2001, o cenário de Durban, que tem uma mobilização nacional do movimento negro com articulações internacionais e pressionando o governo a se posicionar, cobrando políticas públicas. Você tem um processo ali desde 95, da Marcha Zumbi dos Palmares, o Evair Augusto já estava no governo federal havia alguns anos maturando essa ideia de que o Brasil precisa enfrentar o racismo através de políticas públicas, através de ação do Estado. Então, quando aparece aqui em 2001, você junta aqueles gráficos que Ricardo Henriques publicou pelo IPEA, do paralelismo da evolução dos anos de escolaridade de brancos e negros, alguma coisa precisava ser feita. O que é que tinha de ação concreta, mais palpável? Eram os prés, era o ingresso no ensino superior. Por isso que as cotas vão virar esse grande logro, ainda nesse cenário Durban, após Durban, que é no final de 2001, que vai ser aprovado aqui no Rio a Lei Estadual. (Entre-vista, 15/9/2022)*

#### **A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS COTAS NA UERJ**

A ascensão de um grupo ao poder ou uma crise podem oferecer oportunidades políticas. Para os depoentes, o alinhamento dos PVPs com o Estado brasileiro naqueles anos foi essa oportunidade. Em 1999, a chapa Anthony Garotinho e Benedita da Silva foi eleita para o governo do estado do Rio de Janeiro e, em 2003, Luís Inácio Lula da Silva e José de Alencar para a Presidência do Brasil.<sup>22</sup> A UERJ e a UENF foram diretamente influenciadas por esse contexto sociopolítico, principalmente após abril de 2002 quando Benedita da Silva assumiu o governo estadual.

Naquele ano, houve dois tipos de processo seletivo: o vestibular tradicional e o recém-implantado Sistema de Acompanhamento do Desempenho dos Estudantes do Ensino Médio (Sade).<sup>23</sup> A cota de 40% para negros e pardos deveria incidir sobre o total das vagas, porém deveria contar primeiramente com candidatos oriundos do Sade. Em setembro de 2002, a reitoria da UERJ criou uma comissão<sup>24</sup> para elaborar propostas de “apoio acadêmico e financeiro” para garantir a permanência daqueles que entrariam por cotas. Além de professores e técnicos da universidade, o grupo de trabalho contou com Alexandre do Nascimento, representando o movimento PVNC e a rede nacional de PVPs, e Renato Ferreira, representando a ONG Educafro, como colaboradores. Segundo Elielma Machado (2004, p. 125), os militantes foram muito mais assíduos e participativos nas reuniões, o que ajudou a conformar o modelo de política de ações afirmativas adotado pela instituição e mudar a posição da reitoria.

[22] Anthony Garotinho (PDT) foi governador do estado do Rio de Janeiro de janeiro de 1999 a abril de 2002. Benedita da Silva (PT) esteve à frente do governo do estado do Rio de Janeiro de abril de 2002 até 10 de janeiro de 2003. Luís Inácio Lula da Silva governou o Brasil de 10 janeiro de 2003 até 10 de janeiro de 2011.

[23] O Sade foi regulamentado em 4 de julho de 2002 pelo Decreto n. 31.468. As provas ocorreram em setembro e novembro de 2002, primeiro com uma avaliação de múltipla escolha (foram aprovados os candidatos que acertaram mais de 40% das questões) e depois com uma prova discursiva, de caráter classificatório.

[24] Nomeada pela portaria 327/reitoria/2002.



Em maio de 2003, após uma greve de 65 dias, as aulas na UERJ foram reiniciadas. A universidade matriculou 2.393 estudantes no primeiro período de 2003, dos quais 1.558 cotistas (sendo 603 estudantes oriundos do ensino público)<sup>25</sup> e 835 não cotistas. Cerca de 955 estudantes se declararam negros ou pardos e compuseram a reserva de 40% estabelecida pela lei (UERJ, 2006). Houve sobreposição de cotistas, pois em alguns cursos foi necessário recorrer aos aprovados no vestibular universal para cumprir a reserva de 40% de negros do total de 2.393 estudantes.

Com todas essas mudanças, o resultado do primeiro vestibular por cotas gerou muitas controvérsias, debates e ações judiciais que demandaram a ação conjunta de organizações do movimento negro (Machado, 2004). Questionava-se a metodologia da reserva de vagas, com mais insatisfação em relação à reserva para negros. Por exemplo, foi muito refutada a seleção de candidaturas negras e/ou oriundas de escolas públicas com notas abaixo daquelas alcançadas por candidatos que haviam feito o vestibular tradicional (Valentim, 2012). Também houve muita polêmica em torno da aprovação de candidatos autodeclarados negros no vestibular tradicional cujo desempenho acadêmico foi abaixo daquele de seus concorrentes brancos, somente para cumprir a reserva de 40%, mesmo que o edital estabelecesse que a segunda fase, com provas discursivas, seria apenas classificatória.<sup>26</sup>

Nos anos seguintes, os militantes do PVNC participariam ativamente do processo de institucionalização das cotas na UERJ,<sup>27</sup> com destaque para a atuação de Helen Barcellos e Hélio Ventura. Barcellos estudou no núcleo Petrópolis e passou no curso de geografia da UERJ em 2003, portanto foi do primeiro grupo de cotistas da universidade. Relatou que o núcleo Petrópolis não havia conseguido classificar nenhum estudante nos cinco anos anteriores, mas, com a reserva de vagas e cotas para negros, “passou quase todo mundo. [...] Foi o único ano em que isso aconteceu, foi um ano de aprovação” (entrevista, 9/9/2022). Contudo, logo se percebeu que a permanência na universidade era um desafio, já que a instituição não tinha nenhuma política de assistência estudantil, nem mesmo um restaurante universitário. Hélio Ventura, oriundo do núcleo Pastoral da Juventude, situado no centro de Duque de Caxias, e veterano do curso de ciências sociais na UERJ, também lembrou de uma época com muitos desafios e aprendizados.

Perguntei aos dois sobre pessoas ou setores da universidade que acolheram as demandas dos estudantes cotistas. Para os dois, uma ação precursora das políticas de permanência da UERJ foi o projeto Espaços Afirmados, pois “foi onde começou a surgir os primeiros movimentos dos alunos de cotas dentro da universidade para reivindicar coisas” (entrevista, 9/9/2022). O projeto Espaços Afirmados

[25] O Decreto n. 31.468 estabeleceu que poderiam fazer o Sade candidatos oriundos de escolas públicas sediadas no estado do Rio de Janeiro. Isso fez com que a maioria das vagas fosse ocupada por estudantes das escolas públicas federais. Ver Daniela Valentim (2012, pp. 69-70).

[26] Em 15 de fevereiro de 2003, o jornalista Anselmo Góis noticiou: “Só 36,6% entram na UERJ fora das cotas” e destacou a questão da sobreposição de vagas.

[27] Neste estudo escolhi abordar a institucionalização da política de cotas sociais e raciais de dentro da universidade e, majoritariamente, por meio das lembranças dos ex-militantes do movimento PVNC. Para um estudo que considere outros sujeitos e forças políticas ver Elielma Machado (2013). Especificamente sobre as forças que atuaram no debate sobre as cotas para negros, ver Michelle Peria (2004) e Carla Ramos (2005).

[28] O PPCor foi criado em 2001 para gerir o concurso Cor no Ensino Superior, financiado pela Fundação Ford, que apoiou cerca de 27 projetos de ações afirmativas com recorte de raça em diversos estados do Brasil. A partir de 2004, suas ações se consolidaram e o PPCor passou a fomentar, apoiar e monitorar as políticas de ações afirmativas no país (Ferreira, 2008).

foi concebido e gerido pelo Programa Políticas da Cor na Educação (PPCor),<sup>28</sup> do Laboratório de Políticas Públicas (LPP). Constituído como uma ação de extensão, o Espaços Afirmados selecionou 156 estudantes (dentre os quais Helen) que, além de receber uma bolsa de estudos, tiveram acompanhamento de estudantes veteranos (Hélio foi um deles). Esses estudantes também tiveram a oportunidade de fazer cursos básicos para qualificar a inserção universitária e dispunham de um espaço de convivência com biblioteca (Ferreira, 2008).

Do projeto Espaços Afirmados saiu, segundo os depoentes, a ideia de criar a Comissão dos Alunos Cotistas, que passou a demandar da UERJ políticas públicas efetivas e universais. Primeiro foi aprovada uma cota de xerox para os estudantes, depois uma bolsa emergencial de 150 reais, por quatro meses, a fim de mitigar a evasão. Todas essas pequenas conquistas resultaram de inúmeras reuniões das quais participavam os coletivos estudantis, os gestores da universidade e entidades da sociedade civil organizada.

Helen Barcellos relatou sua estratégia para alcançar visibilidade política dentro da universidade. Primeiro, ela se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT) e, em seguida, disputou a direção do Diretório Central dos Estudantes, numa articulação que uniu PT e PCdoB. Com a vitória da chapa, ela foi escolhida como suplente na representação discente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Csepe), mas com um acordo: toda vez que a pauta fosse cotas ou questões raciais, ela participaria da reunião. Dentro do Csepe, foi criada a Comissão Permanente de Avaliação do Sistema de Cotas da UERJ, para a qual foi indicada Helen e esta, por seu turno, indicou Hélio Ventura. Com isso, dois estudantes e militantes do PVNC estiveram no centro da articulação política de todo o processo de institucionalização das cotas na UERJ. O que lhes conferiu visibilidade e oportunidade de debater o tema em outras instâncias: “a gente foi se ocupando desses espaços dentro da universidade. Eu, por exemplo, fui conselheira do Ensino, Pesquisa e Extensão e depois eu fui conselheira do Ensino Universitário. Eu tive quatro anos de mandato”, disse Helen (entrevista, 9/9/2022).

A inserção dos dois nas instâncias superiores da universidade provocou tensões, pois, conforme lembrou Hélio Ventura, “fazer parte da comissão como representante discente gerou, por exemplo, um melindre, digamos assim, com outros estudantes pretos que eram da UERJ, mas que não eram oriundos do PVNC”. Ele chegou à constatação de que “era um ambiente bem complicado, mas, em contrapartida, era um ambiente que trazia informações privilegiadas” (entrevista, 12/9/2022). As lembranças de Renato Emerson dos Santos da atuação política dos estudantes negros na gestão da universidade durante a institucionalização das cotas sociais e raciais corroboram a fala de Hélio Ventura:

*Eu estava lá naquele momento, quando começou aquele pessoal, que era o pessoal que participava dos Espaços Afirmados, boa parte deles, dentro do LPP, com todas as suas contradições também. E que vai fazer o enfrentamento contra a sub-reitoria de graduação.*

[...]

*O papel do PVNC no baixo clero, nos microcosmos do fazer político, cotidianamente falando, que era no cotidiano dentro da UERJ. Então você tem algumas pessoas que vieram de pré[-vestibular], no caso da Helen mesmo, das primeiras turmas de cotas que vão ali criar os coletivos de estudantes negros. A Helen participava do Luiz Gama, você tem o Denegrir, que foi criado logo depois, que tem a ver com esses embates cotidianos dentro da universidade. (Entrevista, 15/9/2022)*

A experiência do projeto Espaços Afirmados, a participação coordenada dos militantes dos PVPs nas instâncias deliberativas, o acompanhamento dos movimentos estudantil e negro, além de mudanças na Lei de Cotas e na gestão da universidade, contribuíram para a aprovação do primeiro programa de iniciação acadêmica da UERJ, o Proiniciar, instituído em 2004 (Valentim, 2012).

O PVNC, o Instituto Cultural e Educacional Steve Biko<sup>29</sup> e a Educação compuseram a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros (Cadara), criada pelo Ministério da Educação em 28 de dezembro de 2005.<sup>30</sup> Entrevistaram na formulação de reformas, políticas e programas, como a Reforma Universitária, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Programa Universidade para Todos (Prouni). Por meio de cartas abertas, o movimento PVNC comunicou sugestões, insatisfações e gerou constrangimentos públicos.<sup>31</sup> Em 18 de outubro de 2004, por exemplo, enviou ao ministro da Educação, Tarso Genro, um conjunto de propostas para a Reforma Universitária: priorização da população pobre nas universidades públicas, com aumento do número de vagas, sobretudo no período noturno; adoção de cotas sociais e raciais na graduação, na pós-graduação e nos concursos para docentes; flexibilização do acesso por meio de políticas diferenciadas para estudantes das classes populares e grupos discriminados; institucionalização de políticas de permanência; extinção da taxa de inscrição para as universidades públicas; e reformulação dos currículos para atender às demandas dos estudantes trabalhadores.<sup>32</sup>

Para Renato Ferreira:

[0] *PVNC é um embrião de tudo isso que veio depois na educação. Eu falei pro Ivanir [militante histórico do movimento negro]: “Vocês não eram da educação, nós éramos”. Eu lembro de fazer seis palestras por dia, porque a cota discutia esse universo de estudante, de pré-vestibulando*

[29] Fundado em Salvador (Bahia) em 1992, o Instituto Cultural e Educacional Steve Biko surgiu com a proposta de oferecer curso pré-vestibular para estudantes negros. A experiência de Salvador tornou-se exemplar, inspirando diversas outras, inclusive o PVNC.

[30] A lista dos membros da comissão, na época, está disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/acs\\_cadara.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/acs_cadara.pdf)>. Acesso em: 2/8/2023.

[31] Conferir a “Carta aberta ao presidente da República, ao ministro da Educação e à sociedade brasileira” (PVNC, 7 mar. 2004) e as “Propostas para o projeto de reforma universitária” (PVNC, 30 mar. 2005) no site [sentimentanimalidades](http://sentimentanimalidades.com).

[32] Conferir a “Carta ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação” (PVNC, 18 out. 2004) no site [sentimentanimalidades](http://sentimentanimalidades.com).

*pobre. Quem sabia falar sobre isso? O cara era intelectual do movimento negro, mas não sabia falar disso; o cara não era intelectual do movimento negro, era intelectual da UFRJ, mas ele não sabia falar disso. Uma professora de ensino médio, superbadalada lá na UFRJ do CAP [Colégio de aplicação]. Eu debati com todas essas pessoas, mas [elas] não sabiam falar disso, nós sabíamos. (Entrevista, 6/1/2023)*

Em 2023, as cotas completaram vinte anos na UERJ, mas reconhecemos todos os sujeitos políticos que protagonizaram essa “batalha”? Para Helen Barcellos, o protagonismo dos PVPs ainda carece de reconhecimento nacional. Ela sente que essa história não foi passada para outras pessoas, que muitos não têm ideia de como era excludente o sistema de acesso às universidades, no qual cada instituição fazia seu processo seletivo e estabelecia suas taxas. E conclui que “se perdeu uma memória histórica do processo de entrada na universidade”, conquistado por milhares de pessoas que frequentavam os cursinhos populares para negros e pobres no país. Em especial na UERJ, naqueles primeiros anos das ações afirmativas, segundo a professora Elielma Machado, parecia haver por parte da administração universitária uma “ética do silêncio” no que concernia à “divulgação de dados e análise de fatos sobre o tema” — o que “pode limitar o reconhecimento, a importância e a complexidade do trabalho realizado” sobre as ações afirmativas no ensino superior (Machado, 2013, p. 11).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao recuperar o papel do PVNC na história recente da luta pela democratização do ensino superior, tratei do dever de lembrar e dar testemunho do movimento como sujeito histórico que colaborou para a inserção na esfera pública do problema das desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil.

O movimento PVNC combinou características dos movimentos sociais dos anos 1980, organizando, conscientizando e reivindicando direitos por meio de “práticas de pressão/mobilização”, mas foi além e ocupou a esfera pública para formular e fiscalizar políticas públicas no âmbito da educação. Isso possibilitou que o PVNC fosse uma experiência tanto de aprendizagem coletiva dos direitos de cidadania como de formulação de saberes e práticas transformadoras da realidade (Gohn, 2010).

A partir do fim dos anos 1990 e no decorrer da década seguinte, de modo insistente e gradativo, os ativistas dos PVPs, com destaque para o movimento PVNC, dedicaram-se a questionar a desigualdade de acesso e permanência nas universidades públicas de pessoas oriundas dos meios populares. Esses movimentos sociais desenvolveram formas de reivindicar, formular e transformar a realidade, re-

correndo a ações na justiça, manifestações populares e negociações com gestores estatais. Posteriormente, questionaram o próprio exame de acesso à universidade e seu modelo de avaliação. Gradativamente, o ponto de vista desses e dessas ativistas passou a ser considerado na concepção de políticas de acesso ao ensino superior, com esses sujeitos alcançando maior destaque na mobilização política em diferentes instâncias, constantemente em associação com o movimento negro. O que resultou, primeiramente, na aprovação de cotas sociais e raciais na UERJ e na UENF e, depois, na UNEB, na Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul (UEMS) e na UnB; por fim, em 2012, o STF sancionou as cotas em âmbito nacional.

Saliento, por fim, que a escrita da história dos movimentos de PVPs passa tanto pelos registros da memória dos militantes como pelo cuidado com a guarda dos documentos físicos e/ou digitais. Constatei, no decorrer da pesquisa, pouca preocupação em salvar guardar os vários documentos que se encontram na residência dos ex-militantes, guardados em pastas ou caixas, ou em sítios particulares na internet.<sup>33</sup> Esse tipo de gestão da memória dos PVPs entrava a elaboração de novas pesquisas, além de colaborar para a ação intencional (ou não) de apagamento dos PVPs na história da luta pelo direito à educação universitária pública, gratuita e de qualidade nos últimos trinta anos. Assim, desejo que este texto estimule futuras pesquisas e ações de preservação dos documentos que registram a nossa história recente sobre a conquista e a institucionalização das políticas afirmativas no ensino superior brasileiro.

---

MARIA CLÁUDIA CARDOSO FERREIRA [<https://orcid.org/0000-0001-9783-2476>] é professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). É doutora em história, política e bens culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alberti, Verena; Pereira, Amílcar (orgs.). *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas/CPDOC-FGV, 2007.
- Alonso, Angela. "As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 76, 2009, pp. 49-86.
- Alonso, Angela. "Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito". *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 3, 2012, pp. 21-41.
- Araújo, Jocimar. *Raça, educação e mobilidade social: o programa de pré-vestibular para negros e carentes*. Dissertação (mestrado em ciências sociais). São Carlos: PPGCS/Universidade Federal de São Carlos, 2001.
- Carvalho, José Jorge de. "Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso das cotas para negros na UnB". *Horizontes Antropológicos*, v. 11, n. 23, 2005, pp. 237-46.

[33] Um ex-militante tem sob sua guarda cerca 165 documentos do movimento PVNC que seriam descartados pela igreja matriz de São João de Meriti, entre os quais correspondências, fotografias, fichas de inscrição, textos, cartazes, panfletos, jornais, reportagens e relatórios. Sua ação foi importante na ocasião, mas o ideal seria a transferência dessa documentação para uma instituição de guarda de arquivos.

Editora responsável: Renata Francisco.

---

Recebido para publicação  
em 18 de abril de 2024.

---

Aprovado para publicação  
em 6 de março de 2025.

## NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

131, jan.—abr. 2025  
pp. 1-23

- CEDIM. Entrevistas do Projeto PVNC. Disponível em: <<https://www.youtube.com/playlistlist=PL1EvhRSITlPRAUEzWZma6uOENeLbTXUlo/>>. Acesso em: 31/11/2023.
- Chauveau, Agnès; Tétart, Philippe. “Questões para a história do presente”. In: Chauveau, Agnès & Tétart, Philippe (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999, pp. 7-28.
- Corbucci, Paulo Roberto. “Evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil”. *Texto para discussão*. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: <[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3021/1/TD\\_\\_1950.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3021/1/TD__1950.pdf)>. Acesso em: 9/3/2023.
- Delgado, Lucia; Ferreira, Marieta. “História do tempo presente e ensino de história”. *Revista História Hoje*, v. 2, n. 4, 2013, pp. 19-34.
- Domingues, Petrônio. “Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos”. *Tempo*, v. 12, n. 23, 2007, pp. 100-22.
- Ferreira, Renato. “A experiência do Programa Políticas da Cor na educação brasileira: uma ação positiva pela democratização do ensino superior”. In: Mato, Daniel (org.). *Diversidad cultural e interculturalidad en educación superior: experiencias en América Latina*. Caracas: Iesalc/Unesco, 2008, pp. 177-86.
- Ferreira, Renato. “Uma história afirmativa. As cotas raciais 20 anos depois”. *Revista da ABPN*, v. 38, n. 13, 2021, pp. 422-42.
- Fico, Carlos. “História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis. O caso brasileiro”. *Varia História*, v. 28, n. 47, 2012, pp. 43-59.
- Geledés. *Brasil e Durban: 20 anos depois*. São Paulo: Geledés — Centro de Documentação e Memória Institucional, 2021. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2021/08/brasil-e-durban-20-anos-depois.pdf>>. Acesso em 20/03/2025.
- Gohn, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3. ed., São Paulo: Loyola, 2002.
- Gohn, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- Gois, Antônio. “Só 36,6% entram na Uerj fora das cotas”. Folha de S.Paulo, 15 fev. 2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1502200314.htm>>. Acesso em: 14/4/2025.
- Gomes, Nilma Lino. *O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- Guimarães, Antonio Sergio. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- Guimarães, Reinaldo da Silva. *Educação superior, trabalho e cidadania da população negra*. Tese (doutorado em serviço social). Rio de Janeiro: PPGSS/Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.
- Halbwachs, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- Henriques, Ricardo. “Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90”. *Texto para Discussão* n. 807. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. Disponível em: <[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1968/1/TD\\_\\_807.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1968/1/TD__807.pdf)>. Acesso em: 14/3/2025.
- Heringer, Rosana. “Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: um balanço do período 2001-2004”. In: Fere Júnior, João; Zoninsein, Jonas. *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília: Ed. UnB, 2006, pp. 79-109.
- Machado, Elielma Ayres. *Desigualdades “raciais” e ensino superior: um estudo sobre a introdução das “leis de reservas de vagas para egressos de escolas públicas e cotas para negros, pardos e carentes” na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2000-2004)*.

- Tese (doutorado em sociologia e antropologia). Rio de Janeiro: PPGSA/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- Machado, Elielma Ayres. *Ação afirmativa, reserva de vagas e cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002-2012)*. Rio de Janeiro: Flacso/GEA/UERJ/LPJ, 2013.
- Medeiros, Carlos Alberto. "Ação Afirmativa no Brasil: um debate em curso". In: Santos, Sales Augusto dos (org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação/Unesco, 2007, pp. 121-39.
- MNU (Movimento Negro Unificado). *Programa de ação aprovado no IX Congresso Nacional*. Belo Horizonte, 1990. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/mnu-programa-de-acao-do-mnu-aprovado-no-ix-congresso-nacional/>>. Acesso em: 5/10/2021.
- Nascimento, Alexandre. *Do direito à universidade à universalização de direitos: o movimento dos cursos pré-vestibulares populares e as políticas de ação afirmativa*. Tese (doutorado em serviço social). Rio de Janeiro: PPGSS/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- Nascimento, Alexandre. "Os cursos pré-vestibulares para negros e as políticas de cotas nas instituições de ensino superior no Brasil". *Lugar Comum*, n. 30, 2012, pp. 95-100.
- Peria, Michelle. *Ação afirmativa: um estudo sobre a reserva de vagas para negros nas universidades públicas brasileiras: o caso do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação (mestrado em antropologia social). Rio de Janeiro: Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- PVNC. "Carta de princípios do Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes". Rio de Janeiro, 18 abr. 1999. Disponível em: <<https://www.sentimentanimalidades.net/pvnc/documentos/cartadepincipios.pdf>>. Acesso em: 14/3/2025.
- PVNC. "Carta aberta ao presidente da República, ao ministro da Educação e à sociedade brasileira". Rio de Janeiro, 7 mar. 2004. Disponível em: <[https://www.sentimentanimalidades.net/pvnc/documentos/PVNC\\_CartaAberta.pdf](https://www.sentimentanimalidades.net/pvnc/documentos/PVNC_CartaAberta.pdf)>. Acesso em: 22/2/2024.
- PVNC. "Carta ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação". São Paulo, 18 out. 2004. Disponível em: <[https://www.sentimentanimalidades.net/pvnc/documentos/PVNC\\_Carta\\_ao\\_MEC.pdf](https://www.sentimentanimalidades.net/pvnc/documentos/PVNC_Carta_ao_MEC.pdf)>. Acesso em: 22/2/2024.
- PVNC. "Propostas para o projeto de reforma universitária". Brasília, 30 mar. 2005. Disponível em: <[https://www.sentimentanimalidades.net/pvnc/documentos/PVNC\\_propostas\\_anteprojecto.pdf](https://www.sentimentanimalidades.net/pvnc/documentos/PVNC_propostas_anteprojecto.pdf)>. Acesso em: 22/2/2024.
- Pereira, Amílcar Araújo. "A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil". *Cadernos de História*, v. 12, n. 17, 2011, pp. 25-45.
- Pinto, José Marcelino de Rezende. "O acesso à educação superior no Brasil". *Educação & Sociedade*, v. 25, n. 88, 2004, pp. 727-56.
- Ramos, Carla. *Nem tão pobres, nem tão negros: um estudo de caso sobre os alunos indeferidos no vestibular/2004 da UERJ*. Dissertação (mestrado em sociologia e antropologia). Rio de Janeiro: PPGSA/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- Rodrigues Júnior, Nilton. "A presença da religião na educação popular: o caso do Pré-Vestibular para Negros e Carentes". *Revista Contemporânea de Educação*, v. 9, n. 17, 2014, pp. 118-35.
- Salvador, Andreia Clapp. "O papel protagonista do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) nas políticas afirmativas: a experiência da educação superior brasileira". *Em Pauta*, v. 18, n. 45, 2020, pp. 211-23.



- Salvador, Andreia Clapp. “O programa de ação afirmativa da PUC-Rio e o papel protagonista do Departamento de Serviço Social: uma história contada por idealizadores e implementadores”. *O Social em Questão*, v. 1, n. 54, 2022, pp. 229-58.
- Santos, David Raimundo. “Depoimento” (transcrição). Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2004. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/storage/historal/arq/Entrevista1209.pdf>>. Acesso em: 18/1/2023.
- Santos, Joel Rufino. “O Movimento Negro e a crise brasileira”. In: Santos, Joel Rufino; Barbosa, Wilson do Nascimento. *Atrás do muro da noite: dinâmicas das culturas afro-brasileiras*. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.
- Santos, Márcio André. “Política negra e democracia no Brasil contemporâneo: reflexões sobre os movimentos negros”. In: Paula, Marilene de; Heringer, Rosana (orgs.). *Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll/ActionAid, 2009, pp. 227-58.
- Santos, Renato Emerson. *Agenda e agências: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do pré-vestibular para negros e carentes*. Tese (doutorado em geografia). Rio de Janeiro: PPGG/ Universidade Federal Fluminense, 2006.
- Santos, Sales Augusto dos. *Movimentos negros, educação e ações afirmativas*. Tese (doutorado em sociologia). Brasília: PPGS/Universidade de Brasília, 2008.
- Silva Jr, Hédio. *Anti-racismo: coletânea de leis brasileiras* (federais, estaduais, municipais). São Paulo: Editora Oliveira Mendes, 1998.
- Silva, Valdélcio Santos. “Políticas de Ações Afirmativas na UNEB: Memórias de um acontecimento histórico”. *Universidade e Sociedade*, n. 4, 2010, pp. 92-8.
- Tarrow, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- Thum, Carmo. *Pré-vestibular público e gratuito: o acesso de trabalhadores à universidade*. Dissertação (mestrado em educação). Santa Catarina: PPGE/Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.
- Tilly, Charles. “Movimentos sociais como política”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3, 2010, pp. 133-60.
- Triunfo, Vera. “Construindo práticas educativas: a experiência dos APNs no Rio Grande do Sul”. In: Lima, Ivan da Costa et al. (orgs.). *Educação Popular Afro-Brasileira*. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, Série Pensamento Negro em Educação n. 5, 1999, pp. 103-16.
- UERJ. “Retrato do perfil acadêmico dos alunos oriundos de ações afirmativas da UERJ vestibular 2003 — 1º semestre”. Rio de Janeiro: Núcleo de Informação e Estudos de Conjuntura (Niesc/VR), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.cpa.uerj.br/pdf/PerfilAlunosCotistasUERJ.pdf>>. Acesso em: 28/1/2023.
- UNEB. Resolução n. 196/2002. Disponível em: <[https://redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/uneb\\_resolucao\\_2002\\_196\\_1.pdf](https://redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/uneb_resolucao_2002_196_1.pdf)>. Acesso em: 30/9/2024.
- Valentim, Daniela Frida Drelich. *Ex-alunos negros cotistas da UERJ: os desacreditados e o sucesso acadêmico*. Tese (doutorado em educação). Rio de Janeiro: PPGE/Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

